

O Movimento Estudantil da Uece e a luta em defesa da universidade pública: Resgate histórico (1980-2025)

Raquel Dias Araujo¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo precípua resgatar os elementos fundamentais da trajetória do Movimento Estudantil (ME) da Universidade Estadual do Ceará (Uece), destacando a luta em defesa da universidade pública, desde o movimento pela criação do Diretório Central dos Estudantes (DCE), nos anos 1980, aos dias atuais (1980-2025), por ocasião do cinquentenário da Uece, comemorado em 2025. Toma como base o exame dos documentos produzidos pelas entidades estudantis dessa instituição, analisados na nossa tese de doutorado intitulada “O movimento estudantil nos tempos da barbárie: a luta dos estudantes da Uece em defesa da universidade pública” (Araújo, 2006). Na tese fizemos o levantamento da história do ME da Uece até 2005. Para preencher lacunas e dar continuidade à linha do tempo, buscamos complementar os dados a partir da análise dos documentos e das informações contidos na página “Movimento Estudantil na década de 1980”, de autoria de Dora Gadelha (2025), bem como buscamos informações no site da Sinducece, nos perfis do Instagram do “Movimento Estudantil Uece”, criado durante a pandemia, no perfil do Instagram do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social da Uece, na página do DCE da Uece no Facebook (DCE Uece), no site da Uece, na dissertação de mestrado de Alves (2018), que trata da história do movimento docente na Uece e em matérias publicadas por jornais de grande circulação que noticiaram acerca das greves nessa universidade. Apesar das dificuldades para traçar a trajetória histórica e perscrutar os principais eixos de luta do ME da Uece, devido aos apagamentos de diversos períodos da história do ME dessa instituição, foi possível identificar as 20 gestões que estiveram à frente do DCE, entre 1983 e 2017, e que o combate central tem sido contra o processo de precarização e privatização e a defesa do caráter público e gratuito da universidade, combinado à luta pelas políticas de acesso, permanência e assistência estudantis.

Palavras-chave: Movimento Estudantil da Uece; DCE; Universidade Pública.

The Student Movement at Uece and the Struggle in Defense of the Public University: Historical Overview (1980–2025)

Abstract: His article has as its main objective to rescue the fundamental elements of the trajectory of the student movement (ME) of the State University of Ceará (Uece), highlighting the struggle in defense of the public university, from the movement for the creation of the Central Directory of Students (DCE), in the 1980s, to the present day (1980–2025), on the occasion of the fiftieth anniversary of Uece, celebrated in 2025, taking as a basis the examination of the documents produced by the student entities of this Institution, analyzed in our doctoral thesis entitled “The student movement in the times of barbarity: the struggle of Uece students in defense of the public university” (Araújo, 2006). In the thesis, we surveyed the history of the Uece ME until 2005 and, to fill gaps and continue the timeline, we sought to complement the data based on the analysis of the documents and information contained in the page “Student Movement in the 1980s” (<https://www.me1980uece.com.br/>), authored by Dora Gadelha (2025). We also sought information on the Sinducece website, on the Instagram profiles of the Uece Student Movement, created during the pandemic (@movimentoestudantiluece), on the Instagram profile of the Uece Free Academic Center of Social Service (@calls.uece), on the Uece DCE Facebook page [DCE Uece], on the Uece website, in Alves's (2018) master's dissertation, which deals with the history of the teaching movement at Uece, and also in articles published by large-circulation newspapers that reported on the strikes at Uece. Despite the difficulties in tracing the historical trajectory and scrutinizing the main axes of struggle of the ME of Uece, due to the erasure of

¹ Doutora em Educação (UFC) com Pós-Doutorado em História (UFF), professora associada da Universidade Estadual do Ceará, coordenadora do Grupo de Estudos Pedagogia Histórico-Crítica, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6880-2419>, e-mail: raquel.dias@uece.br.



various periods in the history of the ME of Uece, it was possible to identify the 20 (twenty) administrations that were in charge of the DCE, between 1983 and 2017, and that the central fight has been against the process of precariousness and privatization and the defense of the public and free character of the university, combined with the fight for policies of access, permanence and student assistance.

Keywords: Uece Student Movement; DCE; Public University.

1 INTRODUZINDO A PAUTA

O presente artigo tem como objetivo resgatar os elementos fundamentais da trajetória do Movimento Estudantil (ME) da Universidade Estadual do Ceará (Uece), destacando a luta em defesa da universidade pública, desde o movimento pela criação do Diretório Central dos Estudantes (DCE), nos anos 1980, aos dias atuais (1980-2025), por ocasião do cinquentenário da Uece, comemorado em 2025. Toma como base as informações da nossa tese de doutorado intitulada “O movimento estudantil nos tempos da barbárie: a luta dos estudantes da Uece em defesa da universidade pública” (Araújo, 2006). A pesquisa de doutorado assumiu como objetivo central investigar o papel histórico desempenhado pelo ME quanto à defesa da universidade pública, explicitando os principais determinantes econômicos e político-ideológicos do processo de privatização/mercantilização da educação superior e seus rebatimentos sobre a organização e a luta dos estudantes, elegendo como objeto específico de análise o ME da Uece.

É importante ressaltar que o estudo desse tema está relacionado à nossa história de efetivo engajamento no ME, no período de 1989 a 1995, na Uece à frente do Centro Acadêmico (CA) de Pedagogia, das Executivas Estadual e Nacional dos Estudantes de Pedagogia e do DCE.

Buscamos analisar o problema à luz do referencial marxista, o qual se funda na relação recíproca entre singularidade e totalidade, sendo, assim, o metro crítico para avaliar a realidade e o significado da cada fenômeno singular, ou seja, buscamos compreender o papel que o ME tem cumprido ao longo de sua história em defesa do caráter público e gratuito da universidade, principalmente no contexto de crise do capital e de avanço do processo de privatização da educação em todos os níveis.



As transformações que vêm se operando no campo educacional e as exigências postas pelo processo de reestruturação do capital à educação dos(as) trabalhadores(as) se situam no quadro de uma crise de reprodução do sistema, de caráter destrutivo, que se manifesta na articulação entre o desenvolvimento científico-tecnológico e a destruição/exploração cada vez maior da força de trabalho e da natureza, que se traduz no aumento do desemprego, do subemprego e da precarização do trabalho. Nas palavras de Mészáros (2009), estariam diante de uma “crise estrutural do capital”, que, para a universidade, significa o avanço do projeto de privatização e de todas as suas mazelas.

O êxito dessa proposta de cunho abertamente neoliberal e conservador, ao mesmo tempo, depende, em certa medida, da imobilização dos setores organizados da comunidade universitária que lutam para manter o caráter público da universidade, em especial, o movimento estudantil, o qual tem se constituído, ao longo de sua história, em um dos maiores questionadores da estrutura burocrática da universidade brasileira. Por isso, é fundamental compreender como o ME, em articulação com os movimentos que atuam nas instituições educacionais, como o movimento sindical docente e de técnico-administrativos, para impedir o avanço desse projeto privatizante.

Antes de qualquer coisa, importa explicar que a escolha do referido objeto – o ME – não significa que estamos atribuindo a ele uma primazia no confronto da luta de classes, mas, sim, o reconhecimento de sua importância e de seu papel nesse contexto, uma vez que ele também se expressa em função do antagonismo principal que atravessa as relações sociais no âmbito da sociabilidade capitalista – o conflito entre capital e trabalho. Além do mais, vale enfatizar, na perspectiva histórico-dialética, como bem explicou Engels (2011, p. 22), referindo-se à “grande lei da marcha da história”, descoberta por Marx, que “todas as lutas históricas travadas no âmbito político, religioso, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais [...]”.

O reconhecimento das particularidades do ME é fundamental para a compreensão do grau de complexidade e importância do papel que tem cumprido ao longo da história na defesa da universidade pública, quanto ao processo de politização e formação dos(as)

estudantes. Poerner (1995) referindo-se a esse processo de “politização” do(a) estudante, explica como se daria a passagem da decepção à revolta, diante da situação de precariedade da universidade brasileira.

[...] Da busca que empreende, então, para encontrar o responsável pelo enguiço da universidade e consequente frustração do seu estudo, o universitário volta com seu vocabulário acrescido por uma nova palavra: **estrutura** [...] a crise da universidade brasileira é decorrência da estrutura arcaica vigente no país. Precisamos renovar a estrutura para que a universidade também se renove [...] (Poerner, 1995, p. 38, grifo nosso).

França e Sousa Neto (2002), por sua vez, versam acerca da importância da participação no ME para a formação político-ideológica do estudante. As palavras dos autores na citação que se segue refletem, inclusive, a sua compreensão adquirida na experiência prática da militância estudantil:

[...] participar do movimento estudantil implica em assumir uma certa autonomia, a tomar posição crítica com relação à instituição escolar e seus muitos mecanismos. A primeira fronteira que se rompe, portanto, é a da própria sala de aula [...] e as fronteiras físicas da universidade em que estudamos também se rompem [...] e as fronteiras que se acaba de romper são também ideológicas [...] aprende-se assim, já em princípio, que as saídas individuais não são saídas, mas adequações [...] rompe-se a fronteira do imediato [...] (França; Sousa Neto, 2022, p. 17-18).

Para a produção deste artigo, tomamos como referência o exame documental produzido pela nossa tese de doutorado (Araújo, 2006), a qual se debruçou sobre documentos produzidos pelo ME da Uece – CAs e DCE, que incluem boletins, jornais, teses de congressos, convocatórias, atas de reunião e eleição, cartazes, folders e panfletos diversos, bem como programas das chapas que pleitearam a direção do DCE. Os documentos analisados foram resgatados dos arquivos de documentos do CA de Pedagogia e do CA Livre de Serviço Social da Uece, à época. Em alguns casos, citamos o próprio documento, quando dispomos do arquivo em questão e foi possível fazer uma nova conferência. Tais documentos estão citados nas referências bibliográficas.

Recorremos, ainda, à página “Movimento Estudantil na década de 1980”, de autoria de Dora Gadelha (2025), para preencher lacunas referentes a essa década, assim como ao perfil do Instagram “Movimento Estudantil da Uece”, criado durante a pandemia da covid-19, com o objetivo de ser uma “Central de informações do Movimento Estudantil

da UECE (CAs e Comissões Gestoras) ” (2025), ao perfil do Instagram do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social da Uece (2025), à dissertação de mestrado de Alves (2018), que trata da história do movimento docente na Uece, bem como a algumas matérias publicadas por jornais de grande circulação que noticiaram acerca das greves na referida universidade.

Acreditamos que retomar à história da luta contra o processo de privatização e em defesa da universidade pública implica, até certo ponto, contribuir para a luta contra a destruição da universidade pública.

2 UMA QUESTÃO DE ORDEM

A Uece foi criada em 1975, por meio da Resolução n.º 02, de 15 de março, do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Estado do Ceará (Funeduce), e homologada pelo Decreto n.º 11.233, de 10 de maio de 1977, incorporando-se às unidades de ensino superior existentes à época, mantidas pelo poder estadual, a saber, Escola de Administração do Ceará, Faculdade de Veterinária do Ceará, Escola do Serviço Social de Fortaleza, Escola de Enfermagem São Vicente de Paula, Faculdade de Filosofia do Ceará e Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, além da Televisão Educativa, canal 5. Em 1979, foi transformada em Fundação Universidade Estadual do Ceará (Funece), através da Lei n.º 10.262.29, de 18 de maio de 1979, e do Decreto n.º 13.252, de 23 de maio do mesmo ano (Uece, 2025). A Uece é, atualmente, uma instituição de ensino superior (IES) constituída em forma de fundação, com personalidade jurídica de direito público, por uma rede *multicampi*, a qual completou 50 anos de existência no dia 10 de março de 2025.

No início da década de 1980, após cinco anos da sua fundação oficial, ainda sob a vigência da ditadura empresarial-militar, um grupo de estudantes oriundos(as) dos diversos cursos da universidade organizou-se com o objetivo de criar uma entidade geral representativa dos(as) estudantes da Uece.

No contexto geral, o ME no Brasil estava passando por um momento de particular gravidade, marcado por uma forte repressão às organizações e lutas estudantis, inaugurado

em 1968, com a edição do Ato Institucional n.º 5 (AI-5)², que perdurou até o final da década de 1970, quando aconteceu o Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979, apontando a possibilidade de revigoramento das lutas estudantis.

Quando ocorreu a fundação da Uece, em 1975, o Ceará encontrava-se sob o governo do Coronel José Adauto Bezerra de Menezes (1975-1978), filiado à antiga União Democrática Nacional (UDN). Adauto Bezerra, Virgílio Távora (1979-1982) e César Cals Filho (1971-1974) formavam a “Política dos Coronéis”, caracterizada pela forte presença dos militares/coronéis na condução da política cearense.

É importante ressaltar que os governos militares concebiam as universidades, como bem lembra Sanfelice (1986, p. 162), como “subsidiadoras de propostas vinculadas ao modelo nacional-desenvolvimentista [...].” É nesse contexto político, marcado pelo conservadorismo, tradicionalismo e clientelismo, que caracterizava a “Política dos Coronéis” – o coronelismo –, que nasceu a Uece como uma instituição universitária com o objetivo de formação das elites, mas, ao mesmo tempo e, contraditoriamente, contribuir com o processo de desenvolvimento regional e atendimento das necessidades da população cearense, por meio da produção do conhecimento científico.

A necessidade de uma organização mais efetiva e sistemática dos estudantes dessa IES coincide com o próprio surgimento da Uece, dando início, assim, ao processo de criação do DCE, através da constituição de uma Comissão Pró-Diretório. A existência da Comissão Pró-DCE (ou Pró-Diretório) e sua atuação são noticiadas em alguns documentos, datados de 1980 a 1982, produzidos pela própria comissão. A nota “Assalto na Uece”, de fevereiro de 1980, assinada pela comissão, por exemplo, denuncia a cobrança de taxas na universidade, que, a seu ver, seria facilitada pela inexistência de uma entidade que organizasse a luta estudantil. Nesse sentido, faz um chamado aos estudantes para criarem comissões Pró-CAs e participarem da Comissão Pró-Diretório. Nesse sentido, a

²AI-5 foi instituído em 13 de dezembro de 1968, no governo de Artur da Costa e Silva, permitiu a cassação de políticos eleitos e a suspensão de direitos e garantias constitucionais individuais, como *habeas corpus*, entre outras medidas. Representou o momento de maior endurecimento da repressão aos opositores durante a Ditadura Militar, que abriu caminho para a institucionalização da tortura, do assassinato e dos desaparecimentos como instrumentos de ação do Estado.

Comissão convocou os estudantes para comparecerem a uma assembleia que ocorreria no dia 26 de março de 1980 para discutir e deliberar acerca desse assunto. O documento defendeu, ao fim, a “construção das entidades estudantis [na Uece]”, o “congelamento das taxas e anuidades” e o “ensino público e gratuito”.

A outra nota intitulada “Os estudantes entram em greve contra o ensino pago”, de 1982, também assinada pela Comissão Pró-Diretório Central da Uece informou a respeito da greve estudantil que acontecia naquele momento em várias universidades do país, dentre elas a Universidade Federal do Ceará (UFC), que, segundo o documento, teria deflagrado a greve com a ocupação da reitoria após várias discussões e assembleias. A comissão afirmou o seu apoio a todos(as) os(as) estudantes em greve, principalmente os(as) da UFC, e conclamou a diretoria da UNE a “unificar a luta nacionalmente pelo ensino público e gratuito”.

Durante o período que antecedeu à fundação do DCE, foram criadas algumas entidades de base, representativas do ME daquela IES, a saber: CA de Geografia, CA de História e CA de Pedagogia³, dentre as que localizamos através de registro documental e estão registradas na nossa tese (Araújo, 2006).

Durante aproximadamente três anos, a denominada Comissão Pró-DCE realizou reuniões e discussões com a finalidade de construir a referida entidade. No ano de 1983, a chapa “Construção”, composta por Pedro Ivo (História, presidente), Rosa (Serviço Social, vice-presidenta), Marcelo Marques (Estudos Sociais, secretário geral), Edelberto (Filosofia, vice-secretário geral), Sérgio (Pedagogia, secretário de ensino, pesquisa e extensão), George Hamilton (Letras, secretário de arte e cultura), Ricardo Pinto (Básico-Música, secretário de divulgação e imprensa), Gerardo Vasconcelos (Filosofia, secretário de assuntos estudantis), Ilma (Básico-História, secretária de esportes), Tânia (Pedagogia, secretária de finanças), Bosco (Veterinária, vice-secretário de finanças), foi a vitoriosa à direção do DCE da Uece para a primeira gestão (1983-1984) (Construção, 1983)⁴. De acordo com Gadelha (2025), na

³ Na nossa tese de doutorado, dedicamos uma seção à história do CA de Pedagogia, seção 3.4. O Centro Acadêmico de Pedagogia e a defesa da universidade pública no contexto do Movimento Estudantil da Uece, sobre o qual publicamos artigo por ocasião dos 40 anos de sua existência (Araújo, 2022).

⁴ Os nomes dos componentes da chapa são citados conforme constam no Programa da Chapa (1983).



página “Movimento Estudantil da UECE na década de 1980”, nesse pleito que deu vitória à chapa Construção teriam concorrido três chapas, inclusive uma antichapa.

No seu Programa (Construção, 1983), a chapa apontava a tarefa que se colocava urgente para os estudantes da Uece naquele momento: “fazer da UECE uma universidade autônoma e democrática e barrar o plano de metas e estratégias da reitoria que visa à privatização da universidade”.

Segundo relatava o Jornal do DCE-Uece (DCE, 1984), no ano de 1983, a greve dos(as) professores(as) e a construção da entidade geral dos(as) estudantes foram o resultado de “[...] todo um processo de discussão e mobilizações [...]. Vale ressaltar que a entidade nasceu em meio à luta em defesa da democracia em todos os níveis, que consistia, em linhas gerais, naquele momento, em pôr abaixo a ditadura empresarial-militar e conquistar eleições diretas para Presidente da República. No âmbito da universidade, a luta principal se dava em torno da defesa do caráter público e gratuito da universidade e contra todas as formas de privatização que se davam no seu interior, acoplada à defesa da democracia, assumida como horizonte da luta estudantil.

3 A PAUTA: A DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Em 1983, tem início a primeira gestão (1983-1984) do DCE da Uece, denominada “Construção”. O Jornal do DCE-Uece (1984), o único documento relativo a essa gestão localizado durante a pesquisa exploratória no arquivo do CA Livre de Serviço Social, trazia em seu bojo como temas centrais a discussão sobre a problemática do ensino público e gratuito, alertando para os perigos decorrentes da implantação do ensino pago na universidade, e a discussão sobre a autonomia e a democracia universitárias, situada a partir do processo de escolha dos dirigentes da instituição. O jornal, no seu editorial, fazia uma rápida análise da conjuntura nacional, destacando que, naquele momento, o capitalismo enfrentava a maior crise de sua história. Na parte dedicada à arte e à cultura, o documento oferecia ao(à) leitor(a) uma reflexão crítica acerca da Indústria da Seca.

Vale frisar que o referido jornal (DCE, 1984) expressava explicitamente a posição da entidade quanto à defesa do ensino público e gratuito, denunciando, por outro lado, as “[...] várias tentativas de privatização do ensino”, que se desenvolviam, particularmente, nas universidades. Ao referir-se à situação da Uece, especificamente, o documento (DCE, 1984) destacava a luta pela autonomia e democracia da universidade, apontando como exemplo de autoritarismo no seu interior, o processo de escolha para reitor(a), através do qual os(as) estudantes teriam direito de participar apenas com dez representantes no Colégio Eleitoral, composto por 49 membros(as), que elaborava a lista sétupla com os nomes dos(as) reitoráveis, que seria enviada ao governador para escolha. Em contraposição a esse processo que, segundo o documento, “é uma vergonhosa farsa”, o DCE propunha “eleições diretas e paritárias”.

É importante destacar, ainda, que, na análise do DCE, a crise pela qual passava a universidade, caracterizada pelas tentativas de privatização, estaria vinculada à crise da ordem econômica e social. Portanto, concluía o documento (DCE, 1984) que a construção de uma “universidade voltada para os reais interesses do povo” só poderia acontecer acompanhada da “transformação da estrutura social, política e econômica [a] que estamos submetidos”.

Em 1984, ocorreu a eleição para renovação da diretoria do DCE, para a segunda gestão (1984-1985), “Avançar na Luta”, presidida por José Edelberto Araújo Oliveira, segundo informa Gadelha (2025). Segundo a autora, durante a segunda gestão, “lutas importantes foram travadas, sobretudo na criação de um movimento cultural atuante”.

O único registro documental referente a essa gestão (1984-1985) localizado por nós, durante a realização da tese, diz respeito à realização do I Congresso dos Estudantes da Uece, ocorrido em 1985, segundo consta nas Teses do DCE ao referido Congresso (Araújo, 2006). Já na página “Movimento Estudantil na década de 1980” constam mais três documentos relativos à segunda gestão, a saber: “Convocação” (sem data), “Boletim informativo DCE-UECE” (maio de 1985) e “Calourada 85-1” (1985).

No documento intitulado “Convocação”, o DCE conclamava os(as) estudantes à luta contra o aumento das taxas e o pagamento dos “carnets”. Importante registrar que,

naquele momento, estudantes da Uece pagavam mensalidades em carnê, os quais foram queimados em ato contra tal cobrança em manifestação em frente à Reitoria, no dia 09 de fevereiro de 1988, e, desde então, não se cobrou mais mensalidades⁵. O DCE fez convocação para duas manifestações: uma contra o ensino pago e pela autonomia e democracia; e outra por ocasião da ida do governador Tasso Jereissati ao Campus do Itaperi (Gadelha, 2025).

Em 1985, quando ocorreu a eleição para a terceira gestão da entidade, a diretoria foi substituída por outro grupo político, composto de militantes ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), dando início à gestão “Hora de Mudar”, que, segundo Gadelha (2025), teria sido “uma gestão de oposição às duas diretorias anteriores. Nasceu no contexto da redemocratização do país. Posições divergentes em relação à nascente ‘Nova República’ dividiam o movimento estudantil”. Vale informar que no pleito eleitoral se confrontaram duas chapas, a da situação, “A Luta Continua”, e a da oposição, “Hora de mudar”, que saiu vitoriosa.

Em relação à terceira gestão (1985-1986), “Hora de Mudar”, presidida por Homero Magalhães Arruda, localizamos apenas dois documentos, durante a pesquisa para a feitura da tese, ambos convocando o Conselho de Entidades para reunião nos dias 09 de julho e 16 de setembro, respectivamente, para tratar de assuntos referentes ao movimento estudantil, tais como a realização do Conselho Nacional de Entidades de Base (Coneb)⁶ e da calourada⁷, bem como a discussão sobre a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae) (Araújo, 2006).

Na página de Gadelha (2025), “Movimento Estudantil na década de 1980”, localizamos mais um documento relativo a essa gestão denominado “Avaliação dos trabalhos da diretoria do DCE”, o qual denuncia o aumento “absurdo” das chamadas taxas escolares e informa que realizou uma mobilização juntamente com os CAs, mas o

⁵ Ver matéria publicada no Jornal O Povo, no dia 10 de fevereiro de 1988. Disponível em: <https://www.me1980uece.com.br/4g>. Acesso em: 24 jul. 2025.

⁶ Reunião nacional das entidades de base (CAs), convocada pela UNE.

⁷ Evento festivo dirigido aos(as) calouros(as) no início de cada semestre letivo.

documento contém apenas a primeira página e não foi possível identificar as outras informações.

Em agosto de 1985, aconteceu uma greve dos(as) professores(as) e funcionários(as) da Uece, a qual contou com o apoio dos(as) estudantes, segundo noticiou o documento elaborado pelo Comando de Greve, intitulado “Boletim da Greve”, de 26 de agosto de 1985 (Araújo, 2006). De acordo com esse documento, um dos motivos de preocupação dos(as) professores(as) seria “a crise porque passa a universidade [a Uece]”, descrita nos seguintes termos:

Esta instituição é carente de recursos materiais que fornecem a estrutura básica para o seu funcionamento. Torna-se urgente, portanto, que seja, devidamente, ampliada a verba que V. Exa. [Governador Luis Gonzaga da Fonseca Mota] destinou a esta instituição (*apud* Araújo, 2006, p. 162).

Durante a pesquisa para a realização da tese não localizamos documentos relativos à eleição da quarta gestão do DCE, mas identificamos documentos que comprovaram a realização e atividades durante o período em questão, indicando que a entidade encontrava-se funcionando. Os documentos encontrados à época foram as Teses do DCE ao II Congresso dos Estudantes da Uece, ocorrido nos dias 19 a 21 de junho de 1987 (DCE-Uece, 1987), e o Edital de eleição para a escolha dos(as) delegados(as), além de três ofícios circulares assinados pelo DCE convocando reunião do Conselho de Entidades. De acordo com os ofícios n.º 01/87, 02/87 e 14/87, no ano de 1987, a saber, no dia 25 de fevereiro, para tratar das eleições para reitor(a); no dia 16 de março, para discutir a situação do restaurante universitário; e, no dia 10 de julho, para discutir o aumento do valor das taxas na Uece (Araújo, 2006).

Vale destacar, ainda, a existência de uma nota divulgada pelo DCE dirigida ao “Sr. Ministro”⁸, de 02 de fevereiro de 1987 (Araújo, 2006, p. 163), que denunciou a situação de precariedade da Uece, evidenciada na condições deficitárias da biblioteca e laboratórios, nas condições de infraestrutura insuficientes para realização de pesquisa e extensão, dentre outras. A referida nota, ao final, contém as reivindicações do ME: “mais verbas para a

⁸ Jorge Bornhausen ocupou o cargo de Ministro da Educação no Governo de José Sarney entre 14 de fevereiro de 1986 a 6 de outubro de 1987.

Uece”, “autonomia e democracia”, “eleições diretas para reitor” e o “fim das taxas e das sobretaxas”, dentre outras.

Na página “Movimento Estudantil na década de 1980”, encontramos uma grande quantidade de documentos relativos à quarta gestão (1987-1988), “Tem que ser Agora”, da qual Dora Gadelha fez parte como vice-presidenta e Paulo Jorge de Oliveira Ferreira foi presidente. Ela informa que a eleição que deveria ter ocorrido em meados de 1986 só teria ocorrido em janeiro de 1987, “em função da desmobilização do DCE”, da qual concorreram duas chapas, dando vitória à chapa “Tem que ser Agora - Oposição pra Valer!”.

Em sua avaliação:

Foi uma gestão muito intensa. Muitas lutas, muitas mobilizações. Assembleias, Conselhos de Entidades, reuniões. Interiorização do DCE. Lutas contra as taxas. Queima de Carnets. Realização de Calouradas. Participação em Órgãos Colegiados. Primeira confecção de carteiras de estudantes pelas entidades estudantis. Movimento UECE na Praça! Eleição para Reitor. Realização e participação em Congressos estudantis. Participação nos Movimentos Sociais de Fortaleza (Gadelha, 2025).

Durante a gestão, os(as) estudantes, em assembleia realizada no dia 27 de janeiro de 1988, noticiada no Jornal O Povo, deliberaram pela queima dos carnets, que foi executada durante a matrícula dos(as) calouros(as) no dia 09 de fevereiro de 1988, também noticiada pelo referido jornal, com informações da página “Movimento Estudantil da década de 1988”. Talvez, essa tenha sido a principal ação realizada pela gestão “Tem que ser Agora - Oposição pra Valer!”. A defesa do caráter público e gratuito da universidade não poderia ficar para depois, portanto, precisava ser “agora”, naquele momento.

Durante a realização da pesquisa para a elaboração da tese, não localizamos documentos acerca de eleição para renovação da diretoria para a quinta gestão (1988-1989). No entanto, localizamos o Relatório das atividades realizadas pela gestão “Que Fazer” do CA de Pedagogia (Araújo, 2006), que informou que, no dia 19 de março de 1988, o Conselho Estadual de Entidades da teria discutido as eleições para o DCE, dentre outros pontos, revelando que, até aquele momento, não havia sido renovada a diretoria da entidade para a gestão 1988-1989. Porém, o mesmo documento noticiou que, nos dias 14 e

15 de junho de 1988, ocorreria a eleição para renovação da diretoria do DCE, que daria início à quinta gestão (1988-1989).

Já na página “Movimento Estudantil da década de 1980”, localizamos informações sobre a realização do pleito eleitoral do qual participaram três chapas, dando vitória à chapa “É Preciso ter Raça”, que empresta o mesmo nome à quinta gestão (1988-1989), presidida por Wellington Santos da Silva. De acordo com Gadelha (2025), “A gestão É Preciso Ter Raça foi de intensas mobilizações, composta por uma diretoria atuante e comprometida. Trouxe uma leveza e um colorido novos nos materiais de campanha [...]. Na referida página, encontramos também um folder relativo à realização da calourada 1988.2. Gadelha (2025) informa também que a referida gestão teria realizado o III Congresso dos Estudantes da Uece, em maio de 1989⁹.

Em se tratando dessa gestão, localizamos apenas uma referência documental, dando notícia da realização de um Conselho Estadual de Entidades da UECE, no dia 24 de junho de 1988 (Relatório das atividades realizadas pela gestão “Que Fazer” do CA de Pedagogia) (Araújo, 2006).

Em 1989, ocorreu eleição para renovação da diretoria do DCE, dando vitória à chapa “Lutar é Preciso – Oposição no DCE”, composta por militantes do extinto Partido da Libertação Proletária (PLP) e presidida por Cibele Gadelha Bernardino, estudante do Curso de Letras, mas inaugurando a primeira gestão exercida de forma proporcional. As duas chapas concorrentes compuseram a diretoria: “Lutar é Preciso – Oposição no DCE” e “O Tempo não Para”, segundo informou Gadelha (2025) na página “Movimento Estudantil na década de 1980”.

Sob a sexta gestão (1989-1990), realizou-se o IV Congresso dos Estudantes da Uece, entre os dias 13 e 15 de setembro de 1990, com o *slogan* “Universidade pública de qualidade: um dever que o governo não cumpre”, conforme consta no cartaz e no folder do evento (DCE/Uece, 1990a; 1990b).

De acordo com o Programa da chapa “Resistir na Luta” (1990), que concorreu ao pleito e se consagrou vencedora, a eleição para renovação da diretoria do DCE seria nos

⁹ Informações disponíveis: em <https://www.me1980uece.com.br/5g>. acesso: 24 jul. 2025.

dias 13 e 14 de novembro de 1990, data confirmada pelo panfleto “Alerta aos estudantes”, também de autoria da mesma chapa, datado de 1991, que informou que participaram do processo duas chapas, “Revertério” e “Resistir na Luta”. A primeira era composta por militantes e simpatizantes do PCdoB e a segunda por militantes e simpatizantes do PLP, da Convergência Socialista (CS) e da Democracia Socialista (DS), ambas correntes internas do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa última logrou vitória, garantindo a presidência a Euclides de Agrela Braga Neto, estudante de filosofia e militante da CS, iniciando a sétima gestão (1990-1991), no formato proporcional.

Durante a sétima gestão (1990-1991), ocorreu uma mobilização muito significativa na história do movimento estudantil da Uece: a primeira greve estudantil dessa universidade, o que se deu durante a gestão de Perípedes Franklin Maia Chaves à frente da Reitoria. No dia 14 de março de 1991, o movimento estudantil, sob a direção do DCE, realizou um ato de repúdio àquilo que considerou uma “falsa” inauguração da primeira etapa do Campus do Itaperi, uma vez que estavam sendo inaugurados blocos que já funcionavam há dois anos. Em nota, o DCE explica:

Compreendemos que essa inauguração foi uma completa mentira e significou mais uma tentativa de enganar o Povo e os TRABALHADORES do NOSSO ESTADO, mostrando uma universidade modelo e bem assistida pelo governo. Quando na verdade o que existe é o corte de verbas, as taxas e o ataque à democracia (DCE/Uece, 1991a).

A Reitoria reagiu, convocando uma reunião do Conselho Universitário (Consu) para discutir a participação dos(as) estudantes nesse episódio, com o intuito de punir aqueles identificados como “cabeças” do movimento. No dia 25 de março de 1991, ocorreu a reunião do Consu para ouvir o depoimento dos alunos envolvidos; no dia 27 de março, houve o julgamento dos discentes, os quais foram punidos com uma suspensão de cinco dias (DCE/Uece, 1991a)¹⁰.

¹⁰ Estudantes suspensos: Euclides de Agrela Braga Neto; Hugo Estênio Rodrigues Bezerra; Antônio Augusto Nascimento Taveira; Péricles Afonso Montezuma Júnior; João Osmar Pessoa de Melo; João Bosco Ribeiro e Marcelo Barbosa Bezerra (Uece, 1991).

Sobre a punição dos estudantes, a nota divulgada pelo DCE, intitulada “Abaixo a ditadura da reitoria! Greve geral contra as punições!”, de abril de 1991 (DCE/Uece, 1991b), denunciou tal atitude, afirmando que:

[...] essa punição não é algo isolado. Ela é parte do ataque à democracia e do processo de privatização da Universidade. Hoje são 7 suspensos por 5 dias. Amanhã poderá ser qualquer um que se mobilize novamente contra as mentiras dos governos Collor e Ciro e lute em defesa da Universidade (DCE/Uece, 1991b).

O movimento estudantil se organizou e se mobilizou, respondendo com uma greve de cinco dias – de 01 a 05 de abril de 1991. O DCE/Uece, no DCE Informa, de maio de 1991 (DCE/Uece, 1991c), avaliou que a greve “[...] significou uma grande vitória, pois ... [conseguiu mostrar] para os trabalhadores e estudantes do nosso Estado qual a verdadeira situação do ensino superior e em particular da UECE”. Acrescentou que a greve “[...] significou apenas o início de uma grande batalha que se seguirá durante todo o ano”, enfatizando que a “melhor arma” dos(as) estudantes contra o sucateamento e a privatização é a luta.

No final de 1991, deveria ser renovada a diretoria, no entanto, não ocorreu eleição, iniciando-se uma gestão provisória coordenada por uma Comissão Gestora¹¹, com a finalidade de encaminhar as atividades cotidianas da entidade e convocar a eleição. Essa comissão permaneceu à frente do DCE por um período de cerca de um ano. Antecipando-se à eleição para a renovação da diretoria do DCE, realizou- se, no período de 9 a 12 de abril de 1992, o V Congresso dos Estudantes da Uece, segundo noticiou o Informativo do CA de Pedagogia/Uece (1992).

De acordo com a Carta Aberta aos Estudantes (DCE/Uece, 1993), no mesmo ano, em novembro, teria ocorrido a eleição para a renovação da diretoria para a oitava gestão (1992-1993). A eleição, disputadíssima, envolveu e confrontou três chapas: a do PT (com apoio da CS), “Alguma Coisa está Fora da Ordem”, liderada por Andréa Saraiva Martins – estudante do Curso de Serviço Social (*in memoriam*); a da Causa Operária/Aliança da Juventude Revolucionária (AJR), “Liberdade e Luta”, liderada pela autora do presente artigo – então estudante do Curso de Pedagogia; e a do PcdB e do Grupo de

¹¹ Participamos como membro da Comissão Gestora do DCE/Uece.

Independentes Socialistas (GIS), “Pro que Der e Vier”, liderada por Sérgio Fonteles – estudante do Curso de Nutrição. Após a eleição, compôs-se uma diretoria proporcional, com a participação das três chapas que concorreram ao pleito, na seguinte ordem: PCdoB, em primeiro lugar; PT, em segundo lugar; AJR, em terceiro lugar. Nessa contabilidade dos cargos, coube-nos a posição de secretaria geral do DCE.

A chapa “Pro que Der e Vier”, ligada ao PCdoB, renunciou aos cargos após um episódio ocorrido no dia 04 de maio de 1993, na sede do MEC, em Fortaleza, quando, em meio a um tumulto, diretores ligados a essa corrente foram acusados de agredir diretores(as) do DCE de outras correntes. Em Carta Aberta aos Estudantes, a diretoria do DCE da Uece (1993) explica o que teria ocasionado a renúncia da chapa vitoriosa na eleição, nos seguintes termos:

A chapa “PRO QUE DER E VIER” (PCdoB e o grupo GIS) saiu das eleições ocorridas em novembro de 92, como vencedora [...]. Porém, a responsabilidade que as urnas lhes atribuíram não se concretizou porque irresponsavelmente nunca assumiram suas funções, uma vez que jogou todo o peso do trabalho para o restante da diretoria.

[...] dois meses antes das eleições para a entidade, formalizaram a sua renúncia, [...] [os componentes dessa chapa] são os maiores culpados pelas tentativas de desmantelamento da entidade, [...] pelo uso da violência e arbitrariedade contra o restante da diretoria, na passeata do dia 04 de maio [...] (DCE/Uece, 1993).

O ano de 1993 é marcado por contundentes denúncias contra o processo de privatização da universidade, expresso, principalmente, na cobrança de taxas aos estudantes. O 1º Informativo do DCE/Uece, de 1993, comunicou que, no dia 28 de janeiro do corrente ano, o reitor da Uece, Paulo de Melo Jorge Filho (Professor Petrola), assinou a Resolução n.º 178/93 (*ad referendum* no Conselho Departamental) elevando o valor das taxas e criando mais duas – matrícula em disciplina com mais de uma reprovação por abandono e matrícula por disciplinas não concluídas no semestre anterior. (Araújo, 2006). O DCE Informa III, de 1993, opunha-se ao Decreto-Lei n.º 179/93, que determinava a cobrança das taxas em Unidade Fiscal de Referência (Ufir). A entidade convidava os(as) estudantes a se mobilizarem, participando de uma “Campanha pelo fim das taxas na universidade” (Araújo, 2006).

Como desdobramento dessas denúncias, ocorreu uma greve estudantil contra as taxas na Uece, em outubro de 1993, sob a coordenação do DCE. O movimento teve

duração de uma semana e alcançou importantes vitórias: suspensão de todas as taxas, tais como taxa por trancamento de disciplina, por solicitação de segunda via de histórico, por matrícula em disciplina com mais de uma reprovação por abandono, por matrícula por disciplinas não concluídas no semestre anterior, por expedição de segunda via de diploma, por readmissão após abandono, por transferência de IES, por mudança de curso, por ingresso de graduado em curso de graduação, à exceção da taxa do RU, negociada ao valor da meia-passagem de ônibus. De acordo com o Comunicado à Comunidade Universitária da Uece (Comando Ampliado de Luta/DCE e CAs *et al.*, 1993): “1. Todas as taxas, inclusive multas da biblioteca, ficam suspensas até a aprovação do Regulamento de Normas Acadêmicas”.

É importante informar que a suspensão das referidas taxas se mantém, em parte, até o momento atual, com o retorno da cobrança de algumas dessas, a saber: a taxa por expedição de segunda via de diploma, por readmissão após abandono, por transferência de IES, por mudança de curso e por ingresso de graduado em curso de graduação, as quais são definidas em editais específicos. Convém lembrar, ainda, que outras taxas são cobradas, no âmbito da pós-graduação *lato sensu*.

A gestão, que deveria findar em 1993, estendeu-se por mais um ano, até novembro de 1994, quando ocorreu a eleição. Antecipando-se à convocação da eleição para a escolha da nova diretoria e com o objetivo de deliberar a respeito desse assunto, dentre outros, a gestão ainda em vigor realizou o VI Congresso dos Estudantes da Uece, em maio de 1994 (Araújo, 2006).

Finalmente, após dois anos de mandato, segundo noticiou o Informativo da chapa Avançar na Luta (1994), encerrou-se a gestão 1992-1993, em novembro de 1994, com a eleição da nova diretoria, nos dias 9 e 10 de novembro de 1994, processo no qual se defrontaram cinco chapas: “Avançar na Luta”, que obteve o primeiro lugar; “Frutos da Crise, Sementes da Ousadia”, que obteve a segunda posição; “Reviravolta”, que ficou com o terceiro lugar; “Paixão e Luta”, que conquistou o quarto lugar; e “Azul”, que ficou com a última posição. Apesar da disputa acirrada pela direção da entidade, a chapa “Avançar na Luta”, liderada pela corrente Liga Bolchevique Internacionalista (LBI), assumiu

majoritariamente todos os cargos, diferentemente do que ocorreu na eleição anterior, dando início à nona gestão (1994-1995) (Araújo, 2006).

Durante essa gestão, destaca-se a luta pela reabertura do RU, em março de 1995, dado que o semestre já havia iniciado e o restaurante permanecia fechado, conforme noticiou a Nota “Em defesa da universidade pública e gratuita”, assinada pelo movimento Reviravolta (Araújo, 2006).

Às vésperas do fim do mandato, no dia 21 de novembro de 1995, ocorreu um Conselho de Entidades para discutir, basicamente, a realização do VII Congresso dos Estudantes da Uece e das eleições para o DCE, de acordo com a Convocatória da reunião. Apesar dessa iniciativa, a eleição só aconteceria em novembro de 1996, um ano após a reunião do Conselho (Araújo, 2006). Quanto ao VII Congresso, há notícia sobre a sua possível realização em maio de 1996, segundo consta nas Teses do coletivo denominado Reviravolta ao referido Congresso (Reviravolta, 1996) e, também, de acordo com o Edital para eleições de delegados ao VII Congresso dos Estudantes da Uece do CA de Pedagogia, do dia 23 de maio de 1996 (CA de Pedagogia, 1996).

Dessa forma, o DCE ficou sem diretoria e, portanto, sem funcionar, durante um ano, entre novembro de 1995 e novembro de 1996. Em novembro de 1996, ocorreu a eleição, na qual concorreram as chapas: “Só a luta conquista”, composta por militantes do movimento Reviravolta/PSTU; “Remando Contra a Maré”, ligada ao PT; e “Corrente Proletária Estudantil”, vinculada à corrente que empresta o nome à chapa, dando início à décima gestão (1996-1997), no formato proporcional (Araújo, 2006).

Antes de encerrar a gestão em foco, realizou-se o VIII Congresso dos Estudantes da Uece, no período de 10 a 12 de outubro de 1997, com o *slogan* “Em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade para todos”, segundo consta no Cartaz do evento (DCE/Uece, 1997).

No final do mesmo ano, ocorreu a eleição para escolher a diretoria que assumiria a décima primeira gestão (1997-1998), na qual concorreram as chapas: “Quebrando Amarras”, composta por militantes autodenominados independentes; “Não Vou me Adaptar”, ligada ao PT; “Reviravolta”, vinculada ao PSTU; e “Corrente Proletária

Estudantil”, ligada à Tendência por um Partido Operário Revolucionário (TPOR), segundo informou a nota “Pacote corta mais verbas da educação” (Reviravolta, 1998).

Durante a gestão (1997-1998), aconteceu o IX Congresso dos Estudantes da Uece, entre os dias 12 e 13 de dezembro de 1998, segundo noticiou a mesma nota (1998). A eleição para a renovação da diretoria, que deveria ocorrer no final de 1998, por decisão do Conselho de Entidades, reunido no dia 28 de outubro do mesmo ano, teria sido adiada para o início de 1999, após o Congresso, conforme noticiou a nota divulgada pelo Movimento Reviravolta (1998). Sendo assim, a entidade, mais uma vez, permaneceu sem diretoria, sob a coordenação de uma Comissão Gestora, por um período aproximado de um ano, segundo nos informou Coelho (2005¹² *apud* Araújo, 2006).

Em setembro de 1999, a Comissão Gestora convocou a eleição, dando início ao processo eleitoral, no qual foram compostas três chapas, a saber: uma composta por militantes do movimento Reviravolta/PSTU, uma chapa ligada ao PT e outra ligada à TPOR, dando início à décima segunda gestão (1999-2001), que teria sido proporcional, como a que a antecedeu, composta por membros das três chapas que pleitearam a direção da entidade. A referida gestão se estendeu até 2001 porque não houve eleição no ano anterior. As informações foram fornecidas por Coelho (2005 *apud* Araújo, 2006, p. 173).

Assim, em 2001, como já foi mencionado, ocorreu a eleição para a escolha da nova diretoria da entidade, da qual participaram três chapas, sobre as quais não identificamos os nomes, porém, segundo nos informou Coelho, uma das chapas era composta por militantes e simpatizantes do PT, outra por militantes e simpatizantes do PSTU, e uma terceira, ligada ao PCdoB. Ainda segundo Coelho, da mesma forma que a anterior, a décima terceira gestão (2001-2003) se estendeu até 2003 porque em 2002 não houve eleição (*apud* Araújo, 2006).

Após dois anos de gestão, em outubro de 2003, renovou-se a diretoria, por meio de eleição, na qual disputaram três chapas, como pudemos verificar nos seus programas: “Quem Sabe Faz Agora” – oposição, composta por militantes do Partido Comunista

¹² Na tese de doutorado, realizamos entrevistas com militantes do ME da Uece para preencher lacunas quanto à história das gestões do DCE. Um dos entrevistados foi José Mário Sobrinho Coelho, ex-diretor do DCE, na gestão 1999-2000, gestão que se estendeu até 2001, referenciado neste artigo.

Revolucionária (PCR) e por independentes; “Lutar Quando a Regra é Ceder” – oposição de esquerda e de luta, composta por militantes do PSTU e simpatizantes; “Todos os Nomes”, formada por militantes do PT e simpatizantes. “Quem Sabe Faz Agora” foi a chapa vencedora, mas a composição foi proporcional, dando início à décima quarta gestão (2003-2004) (Araújo, 2006).

Um dia antes da eleição, ocorreu uma manifestação no Campus do Itaperi motivada por questões de segurança e alguns dias após a eleição, em 22 de outubro de 2003, realizou-se outra manifestação contra a situação de precariedade da Uece na capital e no interior. Nessa última, estiveram presentes, além dos(as) estudantes do Campus Itaperi e do Centro de Humanidade (CH) da Uece, os(as) alunos(as) da Faculdade de Educação de Crateús (Faec), de Crateús, e do Centro de Ciências e Tecnologia do Ceará (Cecitec), de Tauá. Os(as) discentes dos cursos da capital e do interior se concentraram no Campus do Itaperi, pela manhã, e, no início da tarde, eles(as) seguiram, em três ônibus, para o Palácio de Iracema, sede do Governo Estadual, com o intuito de entregar a pauta de reivindicações ao Governo, conforme noticiou o Jornal O Povo, do dia 23 de outubro de 2003¹³ (*apud* Araújo, 2006), que tratava de questões relacionadas à infraestrutura de cursos de faculdades do Interior, eleições para reitor, concursos para professores(as) efetivos e audiências pública para discutir o orçamento da Universidade (Pauta de Reivindicações, 2003) (Araújo, 2006, p. 175).

A eleição para renovação da diretoria deveria ter se realizado em outubro de 2004, no entanto, isso não se concretizou, ficando o DCE mais uma vez sob a coordenação de uma Comissão Gestora, entre outubro de 2004 e novembro de 2005.

No ano de 2005, destacou-se como uma iniciativa importante do movimento estudantil da Uece sob a coordenação da Comissão Gestora e dos Centros Acadêmicos a realização do XII Congresso dos Estudantes da Uece¹⁴, entre os dias 17 e 20 de março. O XII Congresso adotou o tema “Nós não Vamos Pagar Nada”, com uma programação que

¹³ O POVO. Sem infra-estrutura: alunos denunciam situação de *ampaí*. Fortaleza, 23 de outubro de 2003. Caderno Ceará. p. 09. (Jornal impresso).

¹⁴ É importante informar que não dispomos de dados a respeito da realização dos X e XI Congressos dos Estudantes da UECE.

envolvia a discussão sobre a crise estrutural do capitalismo, a história e a concepção do movimento estudantil e a reforma universitária do governo Lula, dentre outros temas, de acordo com o Folder do XII Congresso dos Estudantes da Uece (Comissão Gestora, Centros Acadêmicos, 2005).

Entre os dias 11 de maio e 07 de julho de 2005, apesar da inexistência de uma diretoria do DCE e de esse estar sob a coordenação de uma Comissão Gestora, ocorreu uma greve geral de estudantes e professores(as) da Uece. Essa mobilização é de se ressaltar – com particularidade, haja vista seu caráter inédito na história da instituição: pela primeira vez e por um período longo, estudantes e professores(as) da capital e das unidades do interior se mobilizaram em defesa da universidade pública, na forma de uma greve. Digno de nota, ainda, nesse movimento teria sido o fato de ter-se iniciado pelo interior e se expandido para a capital, bem como a ação conjunta desenvolvida entre as entidades estudantis e o Sindicato dos Professores da Uece, representado pela Seção Sindical dos Andes-SN dos Docentes da Universidade Estadual do Ceará (Sinduece).

A nota do Comando de Greve, de 03 de junho de 2005, dirigida aos(as) vestibulandos(as) 2005.2, explicou os motivos da greve, enfatizando que, naquele momento, “[...] a UECE (Capital e Interior) [...] [estava] passando pela maior crise da sua história”, e, por isso, “pela primeira vez estudantes e professores tiveram que recorrer a uma GREVE GERAL para evitar que [...] a Universidade [a Uece] entrasse em colapso” (Araújo, 2006, p. 143).

Destacavam-se na Pauta de Reivindicações (Comando de Greve, 2005) aspectos como realização de concurso imediato para professor efetivo na capital e no interior; melhoria de condições de trabalho; reajuste salarial emergencial de 9,4% e a negociação de um plano de reposição de perdas salariais referentes ao período de 1994 a 2002 que correspondiam a 71,92%; implementação de uma efetiva política de assistência estudantil, dentre outros.

Após 35 dias de greve, os(as) estudantes e os(as) professores(as) ocuparam a Reitoria, no dia 15 de junho de 2005, com o objetivo de pressionar o reitor para que se iniciasse o processo de negociação, visto que até aquele momento não havia sido acenada

qualquer possibilidade de negociação. Passados seis dias da ocupação, no dia 21 de junho, a Reitoria respondeu com repressão. Cerca de 40 soldados do Batalhão de Choque e do Grupo de Ações Táticas Especiais – Gate – da Polícia Militar, fortemente armados, efetuaram a desocupação do prédio, impedindo que os(as) grevistas permanecessem no interior da universidade (Araújo, 2006). Esse fatídico dia foi descrito em nota do Comando de Greve, intitulada “Para além do Campus” (2005), da seguinte maneira:

O Campus do Itaperi foi invadido por PMs fortemente armados que, além de rasgarem cartazes e faixas afixadas, obrigaram jovens estudantes e professores a se retirarem do prédio onde fica a Reitoria. Além disso, fomos obrigados a deixar os muros e a calçada do Campus, num flagrante desrespeito à ordem judicial que falava em desocupar as dependências da Administração Superior da Universidade [...] (*apud* Araújo, 2006, p. 149).

Os(as) professores(as) da Uece, por meio de sua assembleia, no dia 22 de junho de 2005, um dia após o ocorrido, posicionaram-se veementemente contrários(as) aos atos de violência cometidos contra os(as) grevistas, expressando a sua indignação numa moção de repúdio, responsabilizando a Reitoria e o Governo do Estado “ação injustificada, brutal, oposta à autonomia universitária”, bem como pela tentativa “de criminalizar professores e estudantes e, por meio destes, o próprio movimento de greve” (Sinduece, 2005 *apud* Araújo, 2006, p. 149).

Após dois meses de greve, a assembleia da comunidade universitária, realizada no dia 07 de julho, deliberou, em meio às divergências em torno do futuro da greve, pela sua “suspensão e instauração de estado de greve”. Como desdobramento do movimento, garantiu-se a realização de concurso para contratação de professores(as) efetivos(as) para o interior e a capital, dentre outras negociações (Araújo, 2006).

Entre os dias 16 e 18 de novembro de 2005, realizou-se a eleição para a renovação da diretoria do DCE para a décima quinta gestão (2005-2006), da qual disputaram, nesse processo, três chapas, a saber, “A Força” (Força de Resistência Contra a Alienação), basicamente constituída de estudantes independentes (A forca, 2005); “A Correnteza”, ligada ao PCR (A correnteza, 2005); e “Consciência para ter Coragem”, representando o Movimento “Transformar o tédio em melodia”, composta por estudantes independentes e

ligados ao Partido, Socialismo e Liberdade – PSOL, a qual logrou vitória (Consciência para ter Coragem, 2005). A décima quinta gestão (2005-2006) assumiu o formato proporcional.

Durante essa gestão, ocorreu a greve docente mais longa da história da Uece, iniciada em junho e encerrada em novembro de 2006, totalizando 155 dias, pautando a questão salarial e a carreira. Uma das principais denúncias feitas pela Sinduece era o baixo salário da categoria, considerado o pior salário das universidades estaduais do Brasil, naquela época, devido à inexistência de um Plano de Carreira.

A greve enfrentou muitas ameaças e tentativas de criminalização tanto por parte da Reitoria quanto por parte do governo estadual. Alves (2018, p. 135-6) contou que, após cinco meses de greve, em novembro, uma ação judicial determinava a retomada das aulas, mas, o movimento paredista decidiu continuar a greve. Na mesma direção, a administração superior da Uece “ameaçou os docentes com corte de ponto, suspensão de férias e abertura de processo administrativo, caso não retornassem ao trabalho”. No entanto, o sindicato reagiu afirmando que essa atitude da Reitoria consistia em “autoritarismo” e a greve continuou ainda por alguns dias.

A Sinduece conclamou a população a apoiar a greve e recebeu a solidariedade de movimentos sociais e intelectuais, artistas, cientistas etc. que lançaram um “Manifesto em Defesa da Educação Pública no Ceará” e solicitaram “empenho das autoridades responsáveis para normalizar a grave situação do ensino superior e básico em nosso Estado [do Ceará]”, manifestando “apoio à luta pela qualidade da educação pública no Ceará e pelo aperfeiçoamento e valorização de seus professores” (Alves, 2018, p. 134).

De acordo com o Jornal Folha de São Paulo, a greve de 2006 teria sido “uma das mais longas das universidades públicas no país”, durante a qual todos os(as) docentes da Uece “estavam parados”. O veículo de comunicação informou que o acordo fechado para o fim da greve previa “[...] a aprovação de emenda de R\$ 14 milhões, além da criação de uma rubrica específica no orçamento do Estado para os reajustes dos professores das universidades estaduais” (Fernandes, 2006). Segundo Eudes Baima, da Sinduece, citado pelo Jornal, “o valor calculado para atender a toda a categoria seria de R\$ 125 milhões”, ou

seja, muito aquém do reivindicado, mas haveria ainda a chance de negociar o restante com o governador eleito Cid Gomes (PSB), na avaliação de Baima (Fernandes, 2006).

Após a greve, o movimento estudantil organizou o XIII Congresso dos Estudantes da Uece, ocorrido nos dias 23 a 27 de janeiro de 2007, convocado pelo DCE e CAs, com uma programação que incluía discussões sobre os processos de luta na América Latina, a mercantilização do ensino superior e a reforma universitária do Governo Lula, o modelo de educação da Uece e os desafios organizativos do movimento estudantil, dentre outros temas, conforme registro do Folder do evento (DCE; CAs, 2007).

A eleição, que deveria ter ocorrido em novembro de 2006, não ocorreu, provavelmente porque a universidade se encontrava em greve. Entre novembro de 2006 e abril de 2008, quando ocorre a eleição para a renovação da diretoria, não temos informação se o DCE ficou sem diretoria ou a gestão anterior foi estendida.

Em 07 de novembro de 2007, docentes da Uece decretaram nova greve, que teve como pauta principal a aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV) para docentes das três universidades estaduais do Ceará. Essa teve greve teve um marco histórico, a ocupação da Assembleia Legislativa do Ceará (Alece), no dia 04 de novembro de 2007, por estudantes e professores(as) com o objetivo de pressionar o Governo Cid Gomes para a abertura de uma mesa de negociação, que recebeu a categoria docente e discente em 07 de dezembro, porém, sem apresentar uma solução para o movimento paredista (Alves, 2018).

Em janeiro de 2008, foi decretada a ilegalidade da greve, que determinava que:

[...] o Sindicato dos Professores da Uece (Sinduece) não [...] [liderasse, apoiasse ou promovesse] qualquer movimento de paralisação parcial ou total das atividades desenvolvidas pela Fundação Universidade Estadual do Ceará (Funcece), encerrando a greve dos professores. Caso contrário, o sindicato [...] [estaria] sujeito a multas de ordem civil, penal e administrativas [...] (Diário do Nordeste, 2008).

Mas, a categoria decidiu, em assembleia no dia 28 de janeiro, não acatar a decisão judicial. As negociações foram reabertas em fevereiro do mesmo ano, com conquistas importantes para a categoria, como o envio do PL do PCCV para tramitação na Alece, a proposta de reajuste de 100% (parcelado), autorização para construção do complexo

poliesportivo, do hospital veterinário e para a reforma do RU, pautas que eram também do movimento estudantil. A greve foi suspensa em 13 de fevereiro de 2008, permanecendo a categoria em estado de greve. Em 20 de maio de 2008, foi aprovado na Alece o PCCV, posteriormente, em 27 de maio, foi sancionado pelo governador (Alves, 2018).

Passados alguns meses após o fim da greve, nos dias 22, 23, 24, 25, 28 e 29 de abril de 2008, realizou-se a eleição para a escolha da nova diretoria para a décima sexta gestão do DCE da Uece (2008-2009), de acordo com a Ata da Eleição do DCE da Uece (DCE/Uece, 2008)¹⁵. No pleito, concorreram três chapas, a saber: Chapa 1 – “Não devemos temer os que detêm o poder”, ligada ao PSTU; Chapa 2 – “Correnteza, por um novo DCE,” vinculada ao PCR; Chapa 3 – “Para junt@s lutar”, ligada à Consulta Popular (CP), dando vitória à Chapa 3, mas conformando uma gestão na forma de proporcionalidade, na qual as três chapas compõem a diretoria de acordo com o percentual de votos obtidos. Não conseguimos informações sobre o período dessa gestão.

Segundo a Ata da Reunião do Conselho de Entidades de Base da Uece, ocorrida no dia 29 de abril de 2010¹⁶, os CAs de Educação Física, Administração, Nutrição, Geografia, Medicina, História e Enfermagem reuniram-se com “a finalidade de legitimar a Comissão Gestora que dará procedimentos aos assuntos administrativos da Entidade” (DCE/Uece, 2010a). No dia 18 de novembro de 2010, ocorreu outra reunião do Conselho de Entidades de Base da Uece para escolher novos(as) integrantes da Comissão Gestora que ficariam responsáveis por dar “procedimentos aos assuntos administrativos da Entidade”. De acordo com a Ata da Reunião, estiveram presentes os CAs de Administração, Ciências Sociais, História, Enfermagem, Biologia, Geografia, Física e Nutrição. (DCE/Uece, 2010b)¹⁷. Dessa forma, o DCE ficou sob a coordenação de uma Comissão Gestora entre abril de 2010 e fevereiro de 2011, quando a nova diretoria tomou posse.

Conforme a Ata de Posse da Diretoria do DCE da Uece para a décima sétima gestão (2011-2012) (DCE/UECE, 2011)¹⁸, no dia 11 de fevereiro de 2011, os(as)

¹⁵ Documento cedido por Samuel Guedes, que foi membro do CA de Filosofia, na gestão 2022/2023 e da Comissão Gestora de 2021/2022. É membro da Coordenação Nacional da Juventude Fogo no Pavio.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.



integrantes das chapas que concorreram ao pleito eleitoral se reuniram no auditório da Pró-Reitoria de Graduação da UECE (Prograd) “com a finalidade de empossar a diretoria eleita”. De acordo com Ata de Posse, a Chapa 1 – “Que a universidade se pinte de povo”, composta por militantes do PSOL e PCB, obteve 1.396 votos, tendo o direito a sete cargos na diretoria; a Chapa 2 – “Não diga que a canção está perdida”, ligada à CP, obteve 1.410 votos, tendo o direito a oitos cargos na diretoria. Assim, foi composta a diretoria proporcional da décima sétima gestão do DCE da Uece. Não obtivemos informações sobre as atividades realizadas nesse período.

No dia 13 de março de 2012, segundo informação da Declaração de Posse da Comissão Gestora do DCE – Uece (DCE/Uece, 2012)¹⁹, os CAs de Ciências Contábeis, Administração, Ciências Sociais, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição e Química se reuniram para aprovar a Comissão. O Conselho de Entidades deliberou que a Comissão Gestora ficaria à frente do DCE a partir do dia 12 de março de 2012 até o dia em que a entidade estivesse sem gestão ou que a Comissão fosse “substituída por outra eleita em Conselho de Entidades de Base – Ceb, sendo responsável somente pelas atividades burocráticas”.

Não conseguimos nenhum documento oficial acerca da eleição da décima oitava gestão (2012-2013), mas soubemos, informalmente, por meio de documento cedido por militante do movimento estudantil da Uece²⁰, produzido por ele próprio, que, em 2012, teria ocorrido eleição e que a Chapa “Levante pela Uece”, ligada à CP, disputou com a Chapa “Amanhã vai ser outro dia”, vinculada ao Coletivo “Braços Dados” e ao Coletivo “Barricadas”, os quais, posteriormente, se fundiram e se tornaram o Coletivo “Juventude Anticapitalista – Rua”. Na referida eleição, a Chapa “Levante pela Uece” teria ganhado o pleito e constituído uma diretoria majoritária, diferente das anteriores, desde a sequência iniciada na décima gestão (1996-1997). Durante essa gestão, ocorreu uma greve docente, iniciada em outubro de 2013 e encerrada em janeiro de 2014.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.



No dia 29 de outubro de 2013, professores(as) de todos os *campi* da Uece se reuniram em assembleia para votar deflagração de greve. Após discussão sobre os pontos de pauta e as reivindicações da categoria, deliberou-se, por maioria, pelo estabelecimento de greve, na capital e no interior, segundo informou nota da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (Fecli) da Uece, intitulada “Assembléia Geral de Docentes deflaga Greve”, publicada na página da universidade (Uece, 2013). A greve também se estendeu para as outras duas universidades estaduais do Ceará – Universidade Regional do Cariri (Urca) e Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

Ainda segundo a nota, dentre as reivindicações da categoria, destacavam-se: PCCV e reajuste salarial; concurso para professores(as) efetivos(as) e servidores(as); política de assistência estudantil; infraestrutura dos *campi* da Uece na capital e no interior; autonomia/democracia universitária; estatuinte democrática e autonômica; estabelecimento de uma cota da Funcap para financiamento de pesquisas para a Uece (Uece, 2013).

Após três meses de movimento paredista, a greve foi encerrada em janeiro de 2014, mas, segundo Giovani Facó, um dos líderes do movimento grevista, “A greve está encerrada, mas em estado de alerta” (G1 Ceará, 2014). Dentre os pontos acordados entre o Comando de Greve e Governo do Estado, estavam: “1. Regulamentação do PCCV dos docentes: [...]; 2. Assistência Estudantil [...]; 3. Concurso para professor: [...]; 4. Demandas da Facedi-Uece [...] ampliação do prédio [...]” (G1 Ceará, 2014).

Nos dias 16, 17 e 18 de julho de 2014, ocorreu eleição para a renovação da diretoria do DCE da Uece, conforme informou a página do *Facebook* da entidade, destacando que, naquele momento, estaria se iniciando uma nova gestão denominada “Uece em movimento”, sendo a décima nona gestão do DCE da Uece (2014-2015).

Durante a gestão “Uece em movimento”, ocorreu uma greve docente das três universidades estaduais do Ceará, com ampla participação do movimento estudantil, que teve início em setembro de 2014 e encerrou em janeiro de 2015. De acordo com a “Nota da Reitoria da Uece sobre a Greve (2)”, de 26 de setembro de 2014, a Reitoria teria recebido documento no dia 19 de setembro de 2014 encaminhado pela Sinduece, formalizando os resultados de assembleia realizada pela categoria docente, no dia 17 de

setembro, e que votou majoritariamente pela retomada de greve docente na Uece, a qual havia sido encerrada em janeiro de 2014 (Uece, 2014).

A greve foi suspensa após quatro meses de paralisação, em janeiro de 2015, mas os(as) professores(as) decidiram manter estado de greve como alerta para o cumprimento das propostas do governo. De acordo com a notícia do G1 Ceará (2015), o governador Camilo Santana (PT) apresentou como proposta, com o encerramento da greve, “a realização de um concurso emergencial para contratar 249 professores e 192 técnicos administrativos para as três universidades do estado”. Ele sinalizou também “que pretende preencher as demais [vagas] ao longo dos quatro anos de gestão”, considerando que as três universidades estaduais têm um déficit de 600 professores(as), de acordo com as informações do movimento grevista. O planejamento de concurso anual para professor(as) efetivo(as) previu os certames, respectivamente, em 2016, 2017 e 2018, conforme noticiou o G1.

De acordo com o Facebook do DCE da Uece, no dia 29 de outubro de 2015, teria ocorrido um CEB para escolher a Comissão Gestora para resolver questões burocráticas, com o fim da gestão “Uece em movimento”, encerrada no dia 1 de outubro de 2015 (DCE, 2015). Assim, o DCE ficou sob a coordenação dessa Comissão Gestora até a eleição para a escolha da nova diretoria, que ocorreu em fevereiro de 2016.

Segundo a Ata de Eleição e Posse da Diretoria do DCE da Uece para vigésima gestão (2016-2017)²¹, no dia 27 de fevereiro de 2016, reuniram-se na sede do DCE os(as) representantes da Comissão Eleitoral e das chapas que concorreram ao pleito “com a finalidade de oficializar a posse da diretoria eleita” do DCE da Uece. O documento informou que a eleição ocorreu nos dias 26, 27 e 28 de janeiro de 2016 e concorreram três chapas: Chapa 1 – Nós não vamos pagar nada”, que obteve 272 votos; Chapa 2 – “Por todos os cantos”, que conquistou 1.990 votos; Chapa 3 – “Chegou a hora”, que alcançou um total de 958 votos. Assim, a Comissão Eleitoral deu posse à Chapa 2, vencedora no pleito eleitoral (DCE/Uece, 2016). “Por todos os cantos” (2016-2017) foi a última gestão à frente do DCE da Uece.

²¹ Idem.

Desde então, o DCE está fechado e sem diretoria, à exceção do período que ficou sob a coordenação e uma Comissão Gestora, escolhida na reunião do CEB, ocorrida no dia 15 de maio de 2017, na qual “foi tirada uma Comissão Gestora para conduzir os processos burocráticos do DCE da UECE”, segundo as informações da página do *Facebook* do DCE da Uece do dia 16 de maio 2017 (DCE/Uece, 2017). O último aviso assinado pela Comissão Gestora data do dia 23 julho de 2018, mas na referida página há informações até janeiro de 2019.

Apesar da inexistência de uma diretoria do DCE, o movimento estudantil continuou se organizando a partir das entidades de base e dos coletivos políticos e fazendo lutas em parceria com o movimento docente e outros movimentos sociais.

Em 2016, entre abril e outubro, ocorreu uma greve de docentes das universidades estaduais do Ceará. Em assembleia realizada no dia 29 de abril, docentes votaram, por ampla maioria da categoria, pela deflagração da greve, conforme noticiou o Jornal O Povo (2016)²². De acordo com a notícia, as reivindicações consistiam na retomada da negociação dos acordos da greve encerrada em janeiro de 2015:

A categoria pede que o Governo do Estado cumpra acordos firmados no início de 2015, como nomeação de professores concursados, autorização da obra da Faculdade de Itapipoca e realização de concurso para servidor técnico-administrativo. Além disso, os professores reivindicam reajuste salarial de 12,67%, construção do prédio da Faculdade de Crateús, a implantação dos direitos dos professores (promoções, progressões e incentivo profissional) e revogação do corte de 20% no custeio (Jornal O Povo, 2016).

No dia 21 de outubro de 2016, após cinco meses de greve, os(as) professores(as) da Uece decidiram encerrar o movimento paredista, com o compromisso de que haveria a “garantia de apporte de R\$ 6 milhões para professores substitutos; [...] reforma do Campus da UECE em Crateús; ordem de serviço para obra do Campus de Itapipoca; e garantia de publicação no Diário Oficial de processos referentes a carreira”. No entanto, não houve avanço quanto à “reposição salarial e corte do custeio”, como também “não foram garantidos os próximos concursos”, na avaliação e Célio Coutinho, presidente da Sinduece. (G1 Ceará, 2016).

²² Informações disponíveis em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/04/professores-da-uece-deflagram-greve-apos-assembleia-geral.html>. Acesso em: 06 ago. 2025.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a covid-19 como uma pandemia, tendo declarado o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à Covid-19 em 5 de maio de 2023. No estado do Ceará, o governo estadual baixou o Decreto n.º 33.510, de 16 de março de 2020 (Ceará, 2020), decretando situação de emergência em saúde e dispondo medidas para enfrentamento e contenção pelo novo coronavírus, por meio do qual suspendeu várias atividades, dentre elas as atividades educacionais, a partir do dia 17 de março de 2020. A Uece, seguindo as orientações de segurança sanitária do Governo do Estado, suspendeu as aulas presenciais e adotou o ensino remoto emergencial (ERE) durante todo o período de vigência da doença, retomando as atividades presenciais apenas em março de 2022.

Mesmo sob condições adversas, os(as) estudantes realizaram atividades *online*, como plenárias, assembleias, mobilizações virtuais e participaram dos atos pelo “Fora Bolsonaro”, quando os movimentos sociais começaram a se organizar e saíram às ruas, respeitando as medidas de segurança, contra as políticas anticiência e obscurantistas do governo genocida.

No dia 30 de março de 2020, o Movimento Estudantil da Uece lançou uma nota no perfil do *Instagram* @movimentoestudantiluece²³, intitulada “Em casa, mas com educação de qualidade e direitos assegurados”, assinada pelos CAs de Filosofia, História, Ciências Sociais, Geografia, Psicologia, Música, Nutrição, Pedagogia e Química (Movimento Estudantil da Uece, 2020a). A nota revelava a preocupação dos(as) estudantes com a modalidade remota que seria implementada durante a pandemia devido às condições da maioria dos(as) discentes, caracterizados(as) de baixa renda e mães solo sem condições para acompanhar com qualidade as aulas remotas. A nota criticava também as condições da universidade, “que não possui materiais nem recursos didáticos para desenvolvimento de atividades a distância” (Movimento Estudantil da Uece, 2020a). Assim, defendiam e reivindicavam a garantia de acesso a todo(as) e a qualidade do ensino.

²³ Disponível em: <https://www.instagram.com/movimentoestudantiluece/?igsh=b2JwdWo4bTFlMGN2>. Acesso em: 11 ago. 2025.

No dia 19 de maio de 2020, o Movimento Estudantil realizou um ato virtual no perfil do *Instagram* @movimentoestudantiluece com o *slogan* “19M:#EADNÃO”, 19M:#EADNÃO convocando estudantes para publicar fotos com uma plaquinha com esse *slogan* sob o argumento de que “EAD é elitista e exclui uma parcela significativa dos [...] estudantes” (Movimento Estudantil da Uece, 2020b). Entre os dias 19 e 20 de maio, dezenas de fotos foram publicadas no referido perfil do *Instagram*.

Durante a pandemia, outras atividades foram realizadas pelo ME, de forma virtual, como seminários, assembleias e plenárias, como a realizada no dia 02 de setembro de 2021, conforme notícia publicada no perfil do *Instagram* do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social “@calss”, no dia 30 de setembro de 2021 (Centro Acadêmico Livre de Serviço Social, 2021).

Em março de 2022, as aulas presenciais são retomadas na Uece com os devidos protocolos sanitários e as lutas vão sendo retomadas com certa dificuldade, devido ao lento retorno presencial, combinado ao avanço da educação a distância (EAD) intensificado pela pandemia, por um lado, e ao difícil contexto político de enfrentamento ao governo de extrema direita.

Nesse momento, os atos pelo “Fora Bolsonaro” já estavam acontecendo em todo o Brasil e contava com a participação de estudantes e professores(as). Juntamente com a Sinduece, o ME ajudou a criar o Comitê da Uece em Defesa da Educação e da Democracia, tendo seu lançamento no dia 15 de setembro de 2022 com cortejo de fora da Uece até o Bloco I, de acordo com o perfil do *Instagram* do @calss (Centro Acadêmico Livre de Serviço Social, 2022a). Essas são atividades que se situam no contexto da luta contra a extrema direita no nosso país.

Com relação às pautas específicas da Uece, o perfil do *Instagram* do @Calss informou que no dia 24 de agosto de 2022 ocorreu uma audiência pública na Reitoria sobre o anúncio do desligamento de cerca de 100 professores(as) substitutos(as). O reitor não compareceu e os(as) estudantes foram recebidos(as) pelo chefe de gabinete, Altemar da Costa (Centro Acadêmico Livre de Serviço Social, 2022b). No dia 29 de agosto de 2022, ocorreu um ato em frente à Reitoria com o *slogan* “O professor é meu amigo, mexeu com

ele, mexeu comigo”, segundo informações do mesmo perfil do *Instagram* (Centro Acadêmico Livre de Serviço Social, 2022c).

De acordo com o perfil do *Instagram* do @calss, no dia 06 de outubro de 2022, os(as) estudantes teriam participado do ato convocado pela Sinduece e organizado pelo Fórum Unificado das Associações e Sindicatos de Servidores Públicos Estaduais do Ceará (Fuaspec) no Palácio da Abolição para exigir audiência com a então governadora Izolda Cela, para discutir a reposição salarial dos(as) servidores(as) públicos(as) (Centro Acadêmico Livre de Serviço Social, 2022d). Naquele dia, os(as) docentes e servidores(as) decidiram fazer um acampamento em frente ao Palácio da Abolição, que durou 9 dias.

Após muitas tentativas frustradas de diálogo com o Governo Elmano de Freitas (PT) acerca da reposição salarial dos(as) servidores(as) estaduais e de vários pontos de pauta das três universidades estaduais do Ceará – Uece, Urca e UVA –, como carência docente, concurso público para professores(as) efetivos(as), autonomia universitária, melhoria das condições de infraestrutura, dentre outras reivindicações, docentes da Uece deliberaram, em assembleia, por realização de uma greve, seguida da decisão dos(as) docentes da Urca e da UVA, com apoio do ME. A greve teve início no dia 04 de abril de 2024, “[...] após uma assembleia muito participativa, com representação de todos os *campi* da nossa universidade”, conforme noticiou a Sinduece(2024a).

No dia 17 de abril, os(as) estudantes da Uece também deflagraram greve, após realização de uma assembleia que contou com a participação de 1735 estudantes da capital e do interior, durante a qual aprovaram “pautas que atravessam o cotidiano da comunidade estudantil, com eixos sobre estrutura, assistência estudantil e educação”, segundo informou o perfil do *Instagram* do @calss (Centro Acadêmico Livre de Serviço Social, 2024a).

A greve enfrentou uma forte criminalização a pedido do Governo do Estado, que lançou uma ofensiva contra um direito de greve, criminalizando as seções sindicais e os(as) dirigentes sindicais. Apesar disso, a greve permaneceu forte, encerrando-se no dia 20 de junho de 2024, até conquistar importantes vitórias, como:

PL das Ascensões [...]; Inclusão do Professor “Titular”: Inclusão no desenvolvimento da carreira, como uma etapa de promoção; Pagamento de abono salarial [a todos docentes] [...] em parcela única em outubro de 2024; Ampliação de 25% dos cargos [...]; Realização de concurso público [...];



Convocação de 35 professores do Cadastro de Reserva (CR); Convocação do último concurso e estudo para convocação complementar em 2025 e 2026; Mesa específica para recomposição salarial [...]; Mesa de negociação com o Movimento Estudantil [...] (Sinduece, 2024b).

A diretoria da Sinduece avaliou que “a proposta construída junto com o Governo [representou] um avanço em comparação com a primeira mesa de negociação, realizada em 4 de abril, e progrediu nas pautas apresentadas”. Porém, o presidente do Sindicato, Nilson Cardoso, ponderou, afirmando que seria necessário que a categoria se mantivesse “em alerta e mobilizada porque ainda há muito a conquistar” (Sinduece, 2024b).

Os(as) estudantes decidiram manter a greve por mais ou menos uns 30 dias até que fossem recebidos(as) na mesa de negociação com a representação do Governo do Estado para tratar da pauta da política de assistência estudantil, assim como ser recebidos(as) pela Reitoria para tratar da pauta do RU, que estava passando por reforma e sem uma solução alternativa para atender à demanda por refeição após o fim da greve, e por transporte nos campi do interior do estado, dentre outras pautas. Assim, conforme estava previsto no acordo de greve, no dia 26 de junho de 2024, ocorreu a reunião do ME com a representação do Governo Estadual, segundo consta no perfil do *Instagram* do @calss, na qual foram apresentadas:

[...] todas as demandas que dizem respeito a assistência estudantil, infraestrutura e falta de professores assim como também a dificuldade que os estudantes da capital e interiores vem enfrentando com a falta de transporte e os 30 dias de reforma no R.U em que os estudantes ficarão sem alimentação (C8, 2004²⁴ apud Centro Acadêmico Livre de Serviço Social, 2024b).

A questão da carência docente, que foi uma das pautas centrais da greve, permaneceu movimentando a universidade, pois, embora a greve tenha arrancado importantes conquistas, os problemas são tão profundos que exigem soluções estruturais, e não paliativas, como sucessivas seleções para professores(as) temporários(as).

No dia 04 de junho, ocorreu uma Audiência Pública para tratar da carência de professores(as) na Uece. A discussão ocorreu no Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) e reuniu a Sinduece, os(as) estudantes, integrantes do cadastro de reserva do

²⁴ C8 era a denominação para a Comissão formada por 8 estudantes da Uece, representando entidades e coletivos do ME para participar da mesa de negociação, uma vez que não existe diretoria do DCE.



último concurso, membros(as) da Reitoria da Uece e outros(as) participantes, conforme notícia do *site* da Sinduece (2025).

4 QUESTÃO DE ENCERRAMENTO

Ao traçar a trajetória histórica do ME da Uece, desde o processo de criação do DCE aos dias atuais (1980-2025), tomando como referência os dados levantados pela pesquisa e a nossa inserção na militância estudantil na década de 1990 e no movimento docente a partir da década de 2000, constatamos que a história da luta estudantil tem sido marcada nesses 50 anos de existência da Uece pela resistência e pela luta em defesa do caráter público da universidade.

Na década de 1980, além da organização do próprio DCE, a principal luta se deu contra a cobrança das anuidades em por meio de carnets, os quais foram queimados em forma de protesto. Na década de 1990, ocorreram duas greves importantes, uma contra o autoritarismo da Reitoria, que puniu estudantes que participaram de manifestação de protesto pela “falsa” inauguração do Campus do Itaperi, denunciando situação de precariedade, velada por ocasião da inauguração; a outra contra a cobrança de taxas que caracterizavam um processo de privatização por dentro da universidade.

Nos anos 2000, foram várias greves, em conjunto com docentes, a de 2005, que iniciou como uma greve estudantil e numa faculdade do interior, estendendo-se para a capital e ganhou a adesão do movimento docente; a de 2006, a greve docente, com participação dos(as) estudantes, a mais longa da história da Uece; a de 2007-2008, que adotou o método de ocupação da Alece, tanto com a participação de docentes e estudantes, tendo um caráter mais radicalizado. Todas essas greves carregavam a marca da defesa do caráter público da universidade, por meio das suas pautas de reivindicações, como a defesa de orçamento, salário, carreira, concurso para professores(as) efetivos(as), política de assistência estudantil, melhoria na infraestrutura etc.

Na década de 2010, ocorreram as greves de 2013, 2014-2015 e 2016, todas com a participação de docentes e estudantes, as quais denunciam fortemente o problema da falta



de professores(as) e a necessidade de concurso para suprir a carência, revelando que o problema é estrutural.

Em 2024, ocorreu a última greve com uma pauta extensa, considerando a complexidade dos problemas vivenciados na universidade, como o histórico problema da carência docente, as condições de infraestrutura e insuficiência de política de assistência estudantil, as condições de trabalho e de salário da categoria docente, dentre outros problemas que foram denunciados durante o movimento paredista.

É importante ressaltar como essa forma de luta – a greve – revela-se como um instrumento de grande poder educativo para as massas, pois uma greve pode ensinar aos(as) trabalhadores(as) e, nesse caso, aos (às)estudantes, a compreenderem onde repousa a sua força, a pensarem não apenas em si e nos seus(as) companheiros(as) mais próximos(as), mas, sobretudo, em toda a sua classe e categoria, a unirem-se, fazendo-os(as) perceberem que somente unidos(as) podem aguentar a luta contra os(as) seus(as) inimigos(as) e opressores(as). Por fim, a greve abre os olhos dos(as) trabalhadores(as) e dos(as) estudantes quanto ao governo e às leis. Há de se registrar o quanto as greves da Uece foram criminalizadas.

Vale a pena conferir uma belíssima passagem do texto de Lênin “Sobre as greves” (1979), no qual explica acerca dos ensinamentos da greve, da “grande influência moral das greves” sobre aqueles(as) que dela participam:

Durante uma greve, o operário proclama em voz alta suas reivindicações, lembra aos patrões todos os atropelos de que tem sido vítima, proclama seus direitos, não pensa apenas em si ou no seu salário, mas pensa também em todos os seus companheiros, que abandonaram o trabalho junto com ele e que defendem a causa operária sem medo das provações. [...] Malgrado as calamidades da greve, os operários das fábricas próximas sentem entusiasmo sempre que vêm que seus companheiros iniciaram a luta (Lênin, 1979, p. 43-44).

Por fim, ensejamos que este trabalho possa contribuir para que a luta dos(as) estudantes da Uece em defesa da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade socialmente referenciada nas necessidades da classe trabalhadora, e que ao ser registrada e contada, possa se multiplicar como referência histórica para as gerações futuras. A Uece existe porque resiste!

REFERÊNCIAS

ALVES, Danielle Coelho. **Política de educação superior no Ceará e a resistência do movimento docente na Universidade Estadual do Ceará-UECE.** 2018. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2018.

ARAÚJO, Raquel Dias. **O movimento estudantil nos tempos da barbárie:** a luta dos estudantes da UECE em defesa da universidade pública. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2006.

ARAÚJO, Raquel Dias. 40 anos de história e luta do movimento estudantil de pedagogia da Universidade Estadual do Ceará: da fundação do Centro Acadêmico aos dias atuais (1982-2022). **Teceres: Revista da AINPGP**, Ano 1, n.º 1, 2022. Disponível em: <https://teceres.ainpgp.org/index.php/principal/article/view/3/3>. Acesso em: 14 ago. 2015.

CEARÁ. Governo do Estado. **Decreto n.º 33.510, de 16 de março de 2020.** Decreta situação de emergência em saúde e dispõe sobre medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana pelo novo coronavírus. Governo do Estado do Ceará, 2020. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/DECRETO-N%C2%BA33.510-de-16-de-mar%C3%A7o-de-2020.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

CENTRO ACADÊMICO DE PEDAGOGIA. **Informativo do CA de Pedagogia.** 04 de maio de 1992. Fortaleza, 1992.

CENTRO ACADÊMICO DE PEDAGOGIA. **Edital para eleições de delegados ao VII Congresso dos Estudantes da Uece.** 23 de maio de 1996. Fortaleza, 1996.

CENTRO ACADÊMICO LIVRE DE SERVIÇO SOCIAL. **Plenária Estudantil!** [Publicação]. Fortaleza, 30 set. 2021. Instagram: @calss. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CUcgqRgF8zn>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CENTRO ACADÊMICO LIVRE DE SERVIÇO SOCIAL. **Lançamento do Comitê da Uece em Defesa da Educação e da Democracia.** [Publicação]. Fortaleza, 14 set. 2022a. Instagram: @calss. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CifbPHoLsG_. Acesso em: 11 ago. 2025.

CENTRO ACADÊMICO LIVRE DE SERVIÇO SOCIAL. **Hoje (24.08), às 09h da manhã, participamos massivamente da Audiência Pública.** [Vídeo]. Fortaleza, 24 ago. 2022b. Instagram: @calss. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Chqj0yGFuI0>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CENTRO ACADÊMICO LIVRE DE SERVIÇO SOCIAL. **O professor é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo.** [Publicação]. Fortaleza, 24 ago. 2022c. Instagram: @calss. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/ChzsggXLoAg>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CENTRO ACADÊMICO LIVRE DE SERVIÇO SOCIAL. **Ato para convocar audiência com a governadora do estado do Ceará.** [Publicação]. Fortaleza, 4 out. 2022d. Instagram: @calss. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CjT-TQqNoA4>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CENTRO ACADÊMICO LIVRE DE SERVIÇO SOCIAL. **ATENÇÃO ESTUDANTES DA UECE. Oficialmente estamos de greve estudantil!** [Publicação]. Fortaleza, 17 abr. 2024a. Instagram: @calss. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C54cbhguJ8X>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CENTRO ACADÊMICO LIVRE DE SERVIÇO SOCIAL. **A C8 acaba de sair da primeira mesa de negociação com o governo.** [Vídeo]. Fortaleza, 26 jun. 2024b. Instagram: @calss. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C8r9sI0ugoB>. Acesso em: 11 ago. 2025.

COMISSÃO GESTORA. **Folder do XII Congresso dos Estudantes da UECE.** Fortaleza, 2005.

COMISSÃO PRÓ-DIRETÓRIOS – UECE. **Assalto na UECE.** Fortaleza, fevereiro de 1980.

COMISSÃO PRÓ-DIRETÓRIO CENTRAL DA UECE. **Os estudantes entram em greve contra o ensino pago.** Fortaleza, 1982.

CHAPA CONSTRUÇÃO AO DCE DA UECE. **Programa da chapa.** Fortaleza, 1983.

CHAPA RESISTIR NA LUTA AO DCE DA UECE. **Programa da chapa.** Fortaleza, 1990.

CHAPA RESISTIR NA LUTA AO DCE DA UECE. **Nota “Alerta aos estudantes”.** Fortaleza, 1991.

CHAPA A FORCA AO DCE DA UECE. **Programa da chapa.** Fortaleza, 2005.

CHAPA A CORRENTEZA AO DCE DA UECE. **Programa da chapa.** Fortaleza, 2005.

CHAPA CONSCIÊNCIA PARA TER CORAGEM AO DCE DA UECE. **Programa da chapa.** Fortaleza, 2005.

COMANDO AMPLIADO DE LUTA/DCE e CA's *et al.* **Comunicado à comunidade universitária da UECE.** FORTALEZA, 19 DE OUTUBRO DE 1993.

COMANDO DE GREVE DE DOCENTES E ESTUDANTES DA UECE. **Pauta de reivindicações do movimento docente (Sinduece-SSInd) e do movimento estudantil da Uece.** Fortaleza, 16 maio 2005.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Decretada ilegalidade da greve.** 24 de janeiro de 2008. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/decretada-ilegalidade-da-greve-na-uece-1.539629>. Acesso em: 11 ago. 2025.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UECE. **Jornal do DCE/UECE,** Fortaleza, Ano I, n.º 0, mar. 1984.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UECE. **Teses ao II Congresso dos Estudantes da UECE.** 19, 20 e 21 jun. 1987. Fortaleza, 1987.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UECE. **Cartaz do IV Congresso dos Estudantes da UECE.** 13 a 15 set. 1990. Fortaleza, 1990a.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UECE. **Folder do IV Congresso dos Estudantes da UECE.** 13 a 15 set. 1990. Fortaleza, 1990b.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UECE. **DCE Informa.** Fortaleza, mar. 1991a.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UECE. **Abaixo à ditadura da Reitoria! Greve Geral contra as punições!** Fortaleza, abr. 1991b.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UECE. **DCE Informa.** Fortaleza, maio 1991c.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UECE. **Carta Aberta aos Estudantes.** Fortaleza, 1993.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UECE. **Cartaz do VIII Congresso dos Estudantes da UECE.** Fortaleza, 10 a 12 out. 1997.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UECE. **Corrigindo:** No último Conselho de Entidades de Base. [Postagem]. 29 out. 2015. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1A7h3rZxNc>. Acesso em: 06 ago. 2025.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UECE. **Resultado do CEB do dia 15 de maio de 2017.** [Postagem]. Fortaleza, 16 maio 2017. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/14HJskbDZQP>. Acesso em: 06 ago. 2025.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UECE; CENTROS ACADÊMICOS. **Folder do XIII Congresso dos Estudantes da UECE.** Fortaleza, 2007.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UECE. **Ata da Eleição do Diretório Central dos Estudantes.** Fortaleza, 30 abr. 2008.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UECE. **Ata da Reunião do Conselho de Entidades de Base da UECE.** Fortaleza, 29 abr. 2010a.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UECE. **Ata da Reunião do Conselho de Entidades de Base da UECE.** Fortaleza, 18 nov. 2010b.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UECE. **Ata Posse da Diretoria do DCE da Uece.** Fortaleza, 11 fev. 2011.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UECE. **Declaração de Posse da Comissão Gestora do DCE – UECE.** Fortaleza, 13 mar. 2012.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UECE. **Ata de Eleição e Posse da Diretoria do DCE – Uece.** Fortaleza, 27 fev. 2016.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à 3^a edição (de 1885). In: MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

FERNANDES, Kamila. Após 155 dias, termina greve de professores da universidade do CE. **Folha de São Paulo**, 11 nov. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1111200631.htm>. Acesso em: 09 ago. 2025.

FRANÇA, Charles Antunes da; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. O Bom da História: reflexões sobre a escola em movimento estudantil. **Revista Fluminense de Geografia**, Niterói, AGB, Ano 1, n. 1. p. 11-20, 2002.

GADELHA, Dora. **Movimento estudantil na década de 1980.** Fortaleza, 2025. Disponível em: <https://www.me1980uece.com.br/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 13 ago. 2025.

G1 CEARÁ. Professores de universidades estaduais encerram greve no Ceará. **G1 Ceará**, Fortaleza, 16 jan. 2014. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/01/professores-de-universidades-estaduais-encerram-greve-no-ceara.html>. Acesso em: 06 ago. 2025.

G1 CEARÁ. Professores da Uece suspendem greve após quatro meses de paralisação. **G1 Ceará**, Fortaleza, 09 jan. 2015. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/01/professores-da-uece-suspendem-greve-apos-quatro-meses-de-paralisacao.html>. Acesso em: 06 ago. 2025.

G1 CEARÁ. Professores da UECE encerram greve após cinco meses de paralisação. **G1 Ceará**, Fortaleza, 21 out. 2016. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/10/professores-da-uece-encerram-greve-apos-cinco-meses-de-paralisacao.html>. Acesso em: 06 de agosto de 2025.

LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. Sobre as greves. In: LENIN, Vladimir Ilich Ulianov . **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UECE. **Em casa, mas com educação de qualidade e direitos assegurados!** [Publicação]. Fortaleza, 30 mar. 2020a. Instagram: @movimentoestudantiluece. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-XbfBajTu>. Acesso em: 11 ago. 2025.

MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UECE. **É HOJE!!! Participe do nosso ato virtual!** [Publicação]. Fortaleza 19 maio 2020b. Instagram: @movimentoestudantiluece. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAX9luKIBiY>. Acesso em: 11 ago. 2025.

O POVO. Professores da Uece deflagram greve após assembleia geral. **O Povo**, 29 abr. 2016. Disponível em:

<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/04/professores-da-uece-deflagram-greve-apos-assembleia-geral.html>. Acesso em: 06 ago. 2025.

POERNER, Artur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 4 ed. Ilustrada, revisada, ampliada e atualizada. São Paulo: Centro de memória da juventude, 1995.

REVIRAVOLTA. **Nota “Pacote corta mais verbas da educação”**. Fortaleza, 1998.

SANFELICE, José Luis. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.



SINDUECE. **Informe de Greve nº 9 - Nosso movimento completa 30 dias!** Fortaleza, 05 maio 2024a. Disponível em: <https://www.sinduece.com/blog/informe-de-greve-n-9-nosso-movimento-completa-30-dias>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SINDUECE. **GREVE DOCENTE – Docentes da UECE aceitam acordo com o Governo Estadual e suspendem greve.** Fortaleza, 20 jun. 2024b. Disponível em: <https://sinduece.org.br/docentes-da-uece-aceitam-acordo-com-o-governo-estadual-e-suspendem-greve>. Acesso em 29 jul. 2025.

SINDUECE. **CARÊNCIA DOCENTE – Sinduece, Movimento Estudantil e Cadastro de Reserva lotam Audiência Pública histórica que discutiu a Carência Docente na UECE.** Fortaleza, 05 jun. 2025. Disponível em: <https://sinduece.org.br/sinduece-movimento-estudantil-e-cadastro-de-reserva-lotam-audiencia-publica-historica-que-discutiu-a-carencia-docente-na-uece>. Acesso em: 29 jul. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Relatório.** Assunto: Contestações estudantis no “Campus” do Itaperi. Fortaleza, 20 mar. 1991.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **FECLI. Assembleia Geral de Docentes deflagra Greve.** Fortaleza, 29 out. 2013. Disponível em: <https://www.uece.br/fecli/assebleia-geral-de-docentes-deflagra-greve>. Acesso em: 06 ago. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Nota da Reitoria da UECE sobre a Greve (2).** Fortaleza, 26 set. 2014. Disponível em: <https://www.uece.br/noticias/nota-da-reitoria-da-uece-sobre-a-greve-2>. Acesso em: 06 ago. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Histórico.** Fortaleza, 2025. Disponível em: <https://www.uece.br/institucional/historico>. Acesso em: 19 de julho de 2025.

Recebido em: 11 de setembro de 2025

Aceito em: 01 de dezembro de 2025

Publicado online em: 31 de dezembro de 2025